

DISCURSO, MITO, GOVERNO POPULAR

Flávio Bruyner^(*)

Estou convencido de que no fundo, nós destruímos os mitos apenas para colocar outros no lugar. E aqui não importa, sequer, se os suplentes superam em "qualidade mítica" os titulares: são todos mitos e se definem, em princípio, por sua situação de fiadores extra-sociais, trans-históricos, aos quais é preciso retomar sempre, seja para reafirmar "atos fundadores", seja para celebrar comunhões muitas vezes artificiais (e estas o são na exata medida em que necessitam deles para se consolidarem), seja para nos fornecer a tranquilidade psicológica de que necessitamos para responder ao inusitado, ao imponderável da existência, conferindo-lhe um Sentido, remissivo à origem e ao fim.

Leio com atenção o relatório de pesquisa das professoras Rosilda Arruda Ferreira e M. C. Henner Sampaio (co-realização do Centro Josué de Castro e da Universidade Federal de Pernambuco - 1993 -, e que em breve deverá se transformar em livro), intitulado "Democratização, cidadania e transformação: as utopias do Governo Arraes". Trata-se de um trabalho que procura, como dizem as autoras, analisar questões de planejamento educacional nos governos Sarney e Arraes, a partir de uma investigação dos "discursos em processo", suas estruturas superficiais e profundas (utilizando amplamente os instrumentos da análise lingüística) e tentando localizar, numa primeira parte, as incidências e freqüências de significantes em ambos os discursos "institucionais" (toma-se a categoria "Estado" como locutor privilegiado deste discurso) formadores de "campos semânticos" particulares e circunscritos ao contexto político e social em que foram emitidos. Numa segunda parte, caracterizada por uma investigação de natureza mais ideológica e, portanto, meta-textual onde, além do mais, procuram as autoras observar as concordâncias e distâncias entre discurso de campanha e realizações, em ambos os governos.

Trata-se de duas abordagens diferentes: uma de perfil essencialmente lingüístico e outra ideológica e, sobretudo, denunciadora, das incoerências e da descórdia com as promessas feitas (e aqui as autoras me parecem muito à vontade para ativar suas veias críticas, especialmente no caso Arraes). Esta diferença de angulação analítica termina, no entanto, por imprimir ao texto ritmos de leitura desiguais, dando a certas passagens um peso às vezes danoso à cadência da leitura, devido, sem dúvida, ao vocabulário técnico típico da análise lingüística, em oposição a outras passagens onde o uso de uma certa sociologia

^(*) Doutor em Educação pela Universidade de Paris X - Professor do Departamento de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação do Centro de Educação da UFPE

jornalística (não vai aqui nenhum demérito) fornece uma sonoridade e uma métrica mais afinadas, e cujo resultado final é de muito boa qualidade. Pelo menos por duas razões: o texto evita os jargões políticos e ideológicos muito frequentes neste tipos de análise que cotejam discurso e ações reais e, em seguida, trata-se uma leitura "desmistificadora" (segundo as autoras) de um certo tipo de governo que convencionamos chamar de "popular", e que exerce, sobretudo aqui em Recife, um efeito fortemente atraente e sensibilizador.

Análise deste tipo já foram tentadas anteriormente. Lembraria os trabalhos de Hakira Osakabe, sobre as estruturas lingüísticas do discurso Varguista e o trabalho de Guita Debert, de inspiração estruturalista, em que o próprio Arraes comparece na análise com o seu famoso "discurso de posse" (1962). No entanto, estes autores não vão além da análise intra-textual, observando estritamente a gramática estruturalista que dominou análises de discursos, durante uma certa época. Neste sentido, nossos autores vão mais longe, quando conduzem suas investigações ao terreno da prática e das injunções sociais e políticas que as definiram, obtendo um rendimento bem superior àquelas que se restringem em observar articulações internas de discursos.

Denunciar mal-feitos ou não-feitos em discursos e promessas de campanha em políticos brasileiros não é exatamente um trabalho que exija grande fôlego, ou especial sensibilidade analítica. É verdade que as autoras não se limitam à análise ou à denúncia, e apresentam algumas "propostas", ao final do texto. Mas estas estão longe de serem originais e, finalmente, não estão muito distantes daquilo que foi, exatamente, "prometido" na campanha de Arraes e esboçado em seu programa educativo, caindo um pouco na vala comum do recente discurso pedagógico brasileiro, em torno da "cidadania das classes populares". Isto, sem falar da ausência de uma verdadeira discussão em torno da noção de 'Utopia', que mereceria uma atenção bem maior, até porque é a palavra de mais carga semântica de todo o título da obra. Este substantivo, aliás como os outros que aparecem no título ("cidadania", "democratização", "transformação") parecem ter hoje muito mais um valor de mercado - moeda de grande liquidez ideológica - do que de força descritiva ou analítica.

Mas se um dos propósitos centrais das autoras era, ao longo e ao final, desmistificar um tipo de discurso (ou de governo) dito "popular", penso que ficou faltando alguma coisa. No caso Arraes - e aqui eu me afasto do conteúdo da obra - não se sabe ainda ao certo se o "mito" é sério, e assim deve ser tratado, ou se trata de irreverência arlequinesca: na dúvida, eu creditaria a esta mania que temos de carnavalizar nossas relações com o poder e com os "poderosos", de quem o próprio Arraes tanto se beneficia para confeccionar seu cavalo de

batalha lingüístico-eleitoral. Mas falemos, um pouco de "Governo Popular" e daquilo que lhe atribui alma e corpo, o "Governante Popular".

A expressão "governo popular", que caracteriza, em princípio, uma maneira de exercer o poder é utilizada para definir algumas experiências políticas, como as de Pelópidas (1955), o próprio Arraes (1959 e 62), Djalma Maranhão (1958); e mais recentemente, para citar os mais conhecidos, Jarbas Vasconcelos (1986), Maria Erundina (1988).

Alguns autores que estudaram a estrutura e a prática da "política populista" têm dificuldades em aceitar o caráter "popular" de certas experiências políticas que tiveram lugar, pelo menos, antes do golpe de 64. Para estes autores, o que chamamos "governo popular" é apenas uma espécie de "populismo de esquerda"¹. Na verdade, a expressão "populismo" é especialmente problemática, no que trata de seu estatuto conceitual. Pois, se o conceito como representação mental abstrata e geral, é algo que diferencia, identifica e ganha sentido no interior dos sistemas científicos ou filosóficos em relação com outros conceitos no interior do mesmo sistema, pode notar-se uma perturbadora indiferenciação em relação a esta noção, quando pensamos em movimentos políticos tão distintos surgidos em contextos sociais e econômicos tão diversificados e, no entanto, batizados com a mesma etiqueta: o Narodnitschevo russo, o Peronismo na Argentina, os Farmers Americanos, o Varguismo no Brasil, o Cardenismo no México. Mesmo o fascismo, o maoísmo e o castrismo carregam uma indistigável marca "populista". Assim, e apesar de tudo, manteremos a designação "popular" em nossas observações, mesmo reconhecendo o caráter igualmente problemático da noção.

Nossos "governos populares" não representam nenhuma ruptura com a ordem instituída: agem no interior do sistema institucional; aceitam e praticam os princípios de uma democracia representativa e liberal; acolhem os principais esteios da imaginação moderna (racionalidade, eficiência, democracia, progresso, etc.), embora eles definam prioridades administrativas caracterizadas pela utilização de recursos públicos em proveito das populações mais pobres, o que se traduz, no essencial, por uma maior oferta de educação, pela "urbanização" das favelas, melhoramento do sistema e dos equipamentos urbanos, apoio institucional à produção cultural popular, etc. Estas prioridades são estabelecidas, em geral, a partir de consultas às "organizações populares" que, além do mais, se mobilizam em vista de aprofundar seu poder de intervenção nos "governos populares" e são, por sua vez, estimulados por estes governos a ampliar seu alcance organizacional e interventivo. Mas os

¹ Yer Debert, Welfort, Soares. Cf. *bibliografia*.

representantes destas "organizações populares" (que fornecem - ou que deveriam fornecer - o lastro social de tais governos) têm um poder de decisão bastante limitado, na medida em que não dispõem de assentos solidamente estabelecidos nos órgãos deliberativos: esta participação é sobretudo consultiva e informal, embora em alguns exemplos (como é o caso do Conselho Municipal de Educação, e das iniciativas políticas que deram origem à formação dos Conselhos Escolares, ambos no Recife) esta participação tenha uma amarra institucional mais ancorada. Mas é exatamente nesta relação entre "governo popular" e "organizações populares" que aparece todo um jogo de ambigüidades, tanto de um lado como de outro.

A grande maioria destes "movimentos populares" (observe-se a minha própria ambigüidade na definição: ora são "movimentos", ora "organizações"...) fincaram suas raízes durante o período militar, embora datem da época bem mais recuada, e lutam sobretudo contra a exclusão, com todas as suas implicações. Reparemos, no entanto, que tais movimentos não mostram nenhuma homogeneidade ideológica, nem uma linha de ação política fundada sobre uma inteligibilidade teórica do social. Eles se desenvolvem, na maioria dos casos, de maneira espontânea e em função de reivindicações imediatas e concretas. Muitos destes movimentos desapareceram rapidamente, seja porque tiveram suas demandas relativamente atendidas, seja porque as lideranças foram cooptadas, seja, ainda, em função da violência de foram alvo. (Alain Touraine diz que *"as condutas ligadas à pobreza não podem conduzir a um nível elevado de ação coletiva. É o tema da exclusão que alimentam tais ações, mas sob formas muito particulares. (...) Observa-se que se formam em certos bairros movimentos reivindicatórios que não chegam a encontrar uma expressão política autônoma mas que podem ser utilizados por intermediários para exercer uma pressão sobre a municipalidade, os serviços públicos e mesmo sobre o Estado"*²). Assim, os "governos populares" em sua relação com os "movimentos populares" terminam por sofrer de crônicas contradições, porque tentam, de um lado se constituir em instrumento de articulação, estimulador e principal interlocutor destes "movimentos", que por sua vez, registram uma história, ao mesmo tempo, de luta contra este aparelho e a vontade de dele se beneficiar.

Deixemos um pouco de lado o "Governo Popular" e concentremos o foco, agora, na figura do governante "popular". E aqui eu me limitarei a observar a experiência com a qual tenho mais intimidade: aquela ocorrida em Recife/Pernambuco, e que tem exatamente em Miguel Arraes uma referência

² Touraine; *La parole et le sang*, p. 241.

"histórica" e até certo ponto paradigmática. Concentremos, ainda mais nosso foco, na experiência de campanha do candidato das "forças populares" ao Governo do Estado em 1986. Assim, esquivo-me de uma eventual acusação de querer generalizar aquilo que não pode sê-lo, sem risco de graves injustiças e deformações.

O governante "popular" é alguém que se apresenta ao povo como uma alternativa política ao poder tradicional e que se quer empreendedor de uma continuidade histórica iniciada nos anos 50 e violentamente interrompida em 64. Esta retomada de um processo autoritariamente sufocado, se pode observar nos "slogans" utilizados nas campanhas eleitorais "A ESPERANÇA ESTÁ DE VOLTA" (Arraes, 1986); "É O POVO DE NOVO" (Jarbas Vasconcelos, 1985); idéias que revelam que o governante popular - e por extensão, todo o povo - foi objeto de uma injustiça histórica que é preciso reparar. Em uma "sociedade autoritária", atravessada por uma secular tradição de discriminação, de exclusão e de desigualdades econômicas, e que viveu durante os anos 50 e 60, momentos de importante mobilização política, estes "slogans" exercem uma força de atração poderosa junto àquelas camadas que, por razões diversas, se sentem objeto de injustiças sociais.

O governante "popular" é, ele mesmo, alguém que se apresenta como portador de um passado de lutas (contra a ditadura ou contra os mecanismos de dominação oligárquica); lutas pelo retorno da ordem democrática (ou por sua instauração) e pela ampliação dos direitos de cidadania. Assim, seu discurso reverbera uma aguda tonalidade liberal-progressista e suas proposições têm limites muito claros: estender às camadas populares as aquisições sociais, culturais, políticas de uma sociedade moderna.

O governante "popular" é também alguém que se apresenta como um igual. Recurso simbólico incontornável para obter um certo nível de aceitabilidade, o governante popular procura se fornecer o perfil de uma identidade com o povo, embora nem sempre ele seja originário de uma extração "popular". Isto explica a circulação de mensagens publicitárias do tipo "JARBAS É A CARA DO POVO"; "O POVO VOTA NO ZÉ-NINGUÉM"; "UM TRABALHADOR IGUALZINHO A VOCÊ"; trata-se de criar os mecanismos que facilitem a existência imaginária de um NÓS, oposto aos OUTROS, representantes das "forças conservadoras". Porém, a instituição simbólica de uma "comunidade (histórica) de interesses (históricos)", - "Nós, o povo" - implica, a contra-prelo, que o governante "popular" seja diferente. Apesar de seu engajamento no jogo político institucional, visto em geral como um lugar "sujo", um espaço de corrupção mais ou menos generalizado, o governante "popular" é incorruptível, contrariamente aos políticos "tradicionais"; ele não é um dos

"poderosos" e sua prática política é autêntica, em uma dupla acepção do termo: seu discurso coincide com sua prática (se esta coincidência ocorre ou não, isto é indiferente para nossa análise), e esta prática observa estritamente os "interesses populares". Assim, sua administração representa uma espécie de "Novo Tempo", num sentido quase evangélico da expressão: não é por acaso que durante a disputa eleitoral em Pernambuco (1986) o candidato Arraes tenha mobilizado "slogans" de forte inspiração cristã, como a "ESPERANÇA"; ou a referência ao candidato simplesmente chamado de "Ele", com inicial maiúscula ("Ele está de volta"), numa alusão subreptícia ao próprio Messias que retorna para instalar o Reino dos Justos! Em resumo: o governante "popular" é investido de uma dimensão supra-histórica: ele é passado, porque sua luta representa a luta anterior de todos os oprimidos; ele é presente, porque sua administração vai difundir a modernidade ao povo, e ele é futuro, porque seu governo abrirá caminho para a conquista de uma situação onde o "povo terá vez e voz". A este título, o "governante popular", pelo menos no Nordeste do Brasil, se situa entre o velho populismo, o messianismo arcaico e uma certa modernidade política.

Há ainda uma questão intrigante, que toca muito diretamente o caso Arraes, que a de saber por que nós o erigimos como "mito", (e isto toca o trabalho das autoras) e por que o "autorizamos" a proferir discursos mistificadores (mais que "utópicos", na minha opinião)?

Na verdade, penso que Arraes preenche a contento o papel do herói ou do mito trágico, descrito por Aristóteles na "Poética". Lembremos a passagem: Aristóteles define a tragédia como "a transição de um estado bom para um estado mau de um homem, acima do normal dos homens, que por ter praticado boas ações, cai numa situação de desgraça"³. Lembro-me, ainda na campanha de 86, de uma reunião com o então candidato, com artistas e intelectuais recifenses, realizada no Teatro Apolo, onde uma jovem levantou-se da plateia e pediu ao candidato que lembrasse aquele momento dramático, em 64, em que os militares vieram exigir sua renúncia no Campo das Princesas, e dali ele saiu preso, alegando que só o povo teria poder para tirá-lo do cargo que lhe havia confiado e que ele pretendia honrar até o fim. Ali, naquele momento se reconstituíam, na plateia presente ao Teatro Apolo, as emoções básicas que o mito trágico deve despertar: piedade e terror. Mas ao contrário da tragédia, os laços empáticos não se desfaziam, reatavam o público com o destino do herói. As boas ações (Acordo do Campo, MCP, governo popular), realizadas por um homem acima do normal dos homens (dignidade política num meio caracterizado pelo mais deslavado cinismo de nossos homens públicos) levavam

³ Aristóteles. *Poética*, Parte II, p. 187.

nosso herói à punição exemplar: perda do mandato e exílio. Morte política e solidão. A solidão é a grande desgraça do herói trágico, porque ela é mais grave e martirizante que a morte: ela é morte em vida. Édipo é condenado a deixar a cidade e vagar sem destino e cego. Não será mais reconhecido, pois não é cidadão fora de sua cidade, e não poderá mais reconhecer, pois é cego. Está definitiva e irremediavelmente só. Tenhamos piedade...

No caso Arraes, diferentemente, só aqui ele se constitui como mito, e não antes, como na tragédia clássica. Porque os laços empáticos não se desfazem, e todos nós simbolicamente partimos em exílio com ele. Estamos sós, porque privados do Pai Primordial que, aliás, não tivemos sequer a oportunidade de "matar". Por isso, e só por isso ele pode retornar. Para estabelecer a punição memorável de seus algozes. Os "poderosos"! Agora sim, talvez possamos matá-lo. E sua "morte" indiscutivelmente começou, no momento mesmo em que retornou, o que torna possível trabalhos "desmistificantes" como os de Rosilda e M. Cristina.

De resto, penso que o trabalho da crítica desmistificadora tem alcance às vezes muito limitado, embora o ofício nos obrigue a esta tarefa; seja porque os mitos retornam sempre, sob forma varia, seja porque não podem, simplesmente ser demolidos, sob pena de lançarmo-nos na aventura do vazio e do sem-sentido, seja porque, finalmente, mesmo "desmistificados", nós precisamos deles. Assinalar a contradição entre discurso e ato tem um poder de convencimento que atinge, talvez, e apenas, aqueles que experimentaram o desencanto, e para quem a coerência é uma prática que tem valor político e moral. Mas o fato é que - e aqui, nossas autoras talvez cometam sua mais grave ingenuidade - numa região como o Nordeste, certos mitos não podem ser destruídos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES; Poética. Parte II. R.J. Editora Global. 1957.
 DEBERT, G; Ideologia e Populismo. São Paulo. T. A. Queiroz. 1979.
 HOSAKABE, A; O discurso político de Vargas. Uma análise estrutural. Tese de Doutorado. UNICAMP. 1978.
 IANNI, O; O colapso do populismo no Brasil. R.J. Civilização Brasileira. 1977.
 TOURAINE, A; La parole et le sang. Paris. Odile. 1989.
 SAMPAIO, M. C.; e FERREIRA, R.; Democratização, cidadania e transformação: utopias do Governo Arraes. Recife. Centro Josué de Castro. Relatório de pesquisa. Mimeografado. 112 p. 1993.
 SOARES, J. A.; A frente do Recife e o governo de Arraes. R.J. Paz e Terra. 1981.